



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

FUMPISUL

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS

As questões de números 01 e 02 referem-se ao texto que segue. Deverá ser assinalada a alternativa CORRETA em cada uma delas.

“A sociedade humana, tal como se acha organizada, não é uma, nem uniforme e nem está, em seu conjunto, no mesmo estágio de desenvolvimento.

Nela coexistem, pois, diferentes comunidades, estabelecidas e organizadas de conformidade com objetivos e interesses específicos. Tais comunidades (nacionais, regionais, municipais, por exemplo) relacionam-se necessariamente umas com as outras, direta ou indiretamente. Conforme o caso, intercambiam produtos, ideias, cultura, arte, costumes, tecnologia, conhecimentos e experiências diversas, além do que não existe, compõe e constitui a sociedade humana e a natureza.

No plano internacional, esse intercâmbio permanente e incessante ocorre num quadro extremamente variado, composto de especializações, singularidades e discrepante e injusto grau de desenvolvimento. Essas diversidades, aliás, ligadas à necessidade de troca e obtenção de determinados produtos, constituem a causa da ocorrência e intensificação do relacionamento intercomunitário. Pelas mesmas razões (e também por outras que ora não vêm a pelo) implicam a prevalência ou quando não o domínio puro e simples de umas comunidades sobre outras, obliterando-lhes, parcial e às vezes totalmente, os espaços de e para um desenvolvimento autônomo e independente.” (Guido Bilarinho, Revista Dimensão, ano V, n. 9, p. 3-4).

1. De acordo com o texto, as diferentes comunidades na sociedade humana:

- ajustam-se às peculiaridades da natureza.
- permutam benefícios de natureza diversa.
- repudiam o relacionamento intercomunitário.
- manifesta-se no mesmo nível de desenvolvimento.
- associa o intercâmbio permanente.

2. Entre o primeiro e o segundo parágrafos do texto, há uma relação de:

- concessão.
- condição.
- adição.
- finalidade.
- causa e efeito.

3. Assinale a única alternativa que apresenta erro no emprego do porquê:

- Eis o motivo por que os meus sentidos aprenderam sozinhos: as cousas têm existência.
- O carpinteiro não fez o serviço porque faltou madeira.
- Em breve compreenderás por que tanta luta por um motivo tão simples.
- Choveu durante a noite, porque as ruas estão molhadas.
- Os homens indagam o porque das estranhezas das coisas.

4. Indique a única alternativa que apresenta erro de grafia:

- Aquele herege sempre põe empecilho porque é muito pretencioso.
- A disgressão ocorreu por excesso de fatos ilustrativos em seu discurso.
- Eles quiseram fazer concessão para não ridicularizar o estrangeiro.
- Os empresários, ansiosos de ouvir o vice-líder do partido, sintetizaram a agenda.
- A pretensão do subchefe era a de que a expansão da microinformática se concretizasse.

5. Assinale a opção que apresenta erro gramatical:

- A ênfase em capital humano pode ser explicada, em parte, pela acelerada geração de novas tecnologias e de conhecimentos e pelas transformações vividas pela indústria de bens de consumo em todo o mundo.
- Para isso é necessário que a comunicação seja cada vez melhor, aprimorando constantemente a relação de confiança que deve as partes.
- Em síntese, as relações entre segurados, seguradoras e todos os que operam o segmento precisam ser cada vez mais positivas, transparentes, éticas em todos os sentidos, voltadas para o aperfeiçoamento



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

FUMPISUL

dessa extraordinária instituição chamada seguro.

d. O capital humano precisa ter as capacitações necessárias para competir, liderar e cumprir às expectativas de um mercado, hoje cada vez mais exigente. Naturalmente, as empresas líderes do setor já perceberam isso, e algumas conhecem suas prioridades para a gestão de pessoas num mercado em disputa globalizada.

e. Mais do que nunca, a indústria do seguro precisa desenvolver produtos que busquem essencialmente a eficácia.

6. No Windows 11, qual é a maneira correta de renomear um arquivo ou pasta usando o teclado?

- a. Pressionar F2 após selecionar o arquivo.
- b. Pressionar Ctrl + R para abrir a opção de renomear.
- c. Pressionar Shift + Delete para editar o nome do arquivo.
- d. Pressionar Ctrl + N para renomear um arquivo automaticamente.
- e. Pressionar Esc e digitar o novo nome do arquivo.

7. No sistema operacional Linux, qual dos seguintes comandos é utilizado para listar os arquivos e diretórios dentro de uma pasta no terminal?

- a. mkdir
- b. cd
- c. ls
- d. rm
- e. mv

8. No Microsoft Excel 365 – idioma português (Brasil), configuração padrão, qual das opções abaixo representa corretamente a fórmula utilizada para calcular a média dos valores contidos nas células A1 até A10?

- a. =SOMA(A1:A10)/10
- b. =MED(A1:A10)
- c. =MÉDIA(A1:A10)
- d. =AVG(A1:A10)
- e. =CALCULO_MEDIA(A1:A10)

9. Qual das alternativas abaixo não representa uma boa prática de segurança da informação?

- a. Utilizar autenticação multifator sempre que possível.
- b. Manter os softwares e sistemas operacionais atualizados.

c. Utilizar a mesma senha para vários sistemas para facilitar a memorização.

d. Evitar clicar em links suspeitos recebidos por e-mail.

e. Fazer backups periódicos dos arquivos importantes.

10. Em relação à certificação digital e à assinatura digital, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A certificação digital garante a autenticidade de documentos eletrônicos por meio de chaves criptográficas.

II - A assinatura digital depende de um certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora confiável.

III - O uso de certificados digitais elimina totalmente os riscos de fraudes e ataques cibernéticos.

IV - No Brasil, os certificados digitais podem ser emitidos por entidades credenciadas no ICP-Brasil.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas I, II e III estão corretas.
- c. Apenas II e IV estão corretas.
- d. Apenas I, II e IV estão corretas.
- e. Todas as afirmativas estão corretas.

11. Observe atentamente a sequência a seguir, formada por 6 elementos:

$$S = (36, X, 16, 9, 4, 1)$$

Assinale a alternativa que contém o valor do elemento X da sequência.

- a. 26
- b. 18
- c. 32
- d. 31
- e. 25

12. Pai, mãe e seu casal de filhos estão sentados em volta de uma mesa quadrada. Os homens chamam-se Paulo e André e as mulheres chamam-se Ana e Carla. Sabe-se que:

• O pai tem Carla à sua frente e o filho à esquerda.

• A mãe está do lado direito de André.

Considere as afirmações:

I – A mãe chama-se Carla.

II – Paulo está do lado esquerdo de Ana.

III – O pai chama-se André.



É verdadeiro somente o que se afirma em:

- a. I;
- b. II;
- c. III;
- d. I e II;
- e. II e III.

13. Comparando-se a remuneração, por hora trabalhada, dos serviços A e B, verificou-se que no serviço B a remuneração era 25% a menos do que a remuneração no serviço A. João trabalhou 10 horas no serviço A e 5 horas no serviço B. Paulo trabalhou 5 horas no serviço A e 10 horas no serviço B. A porcentagem a mais que João recebeu, por suas 15 horas de trabalho, em relação ao que Paulo recebeu, por suas 15 horas de trabalho, é igual a:

- a. 50
- b. 10
- c. 25
- d. 0
- e. 12,5

14. Em uma empresa verificou que 60% dos funcionários eram do sexo masculino e que a média salarial mensal destes era de R\$ 3.000,00 e a média salarial mensal dos funcionários do sexo feminino era de R\$ 2.500,00. Pode-se afirmar que a média salarial de todos os funcionários dessa empresa é de:

- a. R\$ 2.800,00
- b. R\$ 2.600,00
- c. R\$ 3.550,00
- d. R\$ 5.500,00
- e. R\$ 2.200,00

15. Uma indústria produz um tipo de máquina que demanda a ação de grupos de funcionários no preparo para o despacho ao cliente. Um grupo de 20 funcionários prepara o despacho de 150 máquinas em 45 dias. Para preparar o despacho de 300 máquinas, essa indústria designou 30 funcionários. O número de dias gastos por esses 30 funcionários para preparem essas 300 máquinas é igual a:

- a. 55
- b. 36
- c. 72
- d. 60
- e. 48

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Administração Pública pode ser entendida como o conjunto de órgãos, agentes e serviços prestados de forma direta e indireta que envolvem as mais diversas áreas de interesse coletivo, como saúde, educação, transporte, previdência, segurança pública e desenvolvimento econômico. Assinale a alternativa INCORRETA no tocante às formas da Administração Pública.

a. A Administração direta é o conjunto de órgãos ligados diretamente ao Poder Executivo, em nível federal, estadual e municipal, e são subordinados ao chefe do poder a que pertencem, existindo uma hierarquia entre eles.

b. Os órgãos da administração direta são pessoas jurídicas de direito público e têm autonomia. Sendo assim, os serviços públicos são prestados por seus próprios meios, ou seja, sem a criação de nova personalidade jurídica.

c. A administração indireta é o conjunto de órgãos que prestam serviços públicos e estão vinculados a uma entidade da administração direta, mas possuem personalidade jurídica própria, isto é, têm CNPJ próprio.

d. A criação de organizações vinculadas ao Estado, mas autônomas e descentralizadas dos entes federativos é resultado da complexificação das funções estatais e da necessidade de fornecer flexibilidade na prestação dos serviços públicos. Essa descentralização tem como objetivo aumentar a eficiência e a eficácia das atividades administrativas e serviços de interesse coletivo.

e. No caso dos órgãos da administração indireta, embora não haja hierarquia ou controle hierárquico, as entidades não estão sujeitas ao controle e fiscalização do Estado.

17. No contexto da gestão fiscal e orçamentária no setor público, a classificação das dívidas públicas em dívida fundada e dívida flutuante possui implicações significativas no planejamento financeiro e na execução orçamentária. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

FUMPISUL

a. A dívida fundada é aquela contraída para o financiamento de despesas correntes, sendo considerada uma despesa de capital no caso de obras e investimentos, e deve ser paga dentro de um prazo inferior a 12 meses, enquanto a dívida fluante é caracterizada por dívidas que não têm vencimento certo e podem ser salgadas em até dois anos.

b. A dívida fundada corresponde às obrigações contraídas para o financiamento de investimentos ou despesas de capital de longo prazo, e deve ser registrada como passivo não circulante. Já a dívida fluante, de natureza de curto prazo, refere-se a dívidas resultantes de despesas correntes, que podem ser quitadas dentro do exercício financeiro, e são classificadas como passivo circulante.

c. A dívida fluante se refere a todas as obrigações financeiras do ente público, independentemente do vencimento, que envolvem despesas de capital, enquanto a dívida fundada compreende exclusivamente as dívidas com origem em receitas correntes, sendo passível de amortização a longo prazo, com efeito imediato sobre o resultado orçamentário.

d. A dívida fundada abrange as dívidas contraídas para financiar investimentos e outras despesas de longo prazo, sendo sua origem vinculada a empréstimos e financiamentos com prazo superior a 12 meses, enquanto a dívida fluante é caracterizada pelas obrigações de curto prazo, como restos a pagar não processados, que podem ser quitados no exercício seguinte, e não impactam diretamente os resultados financeiros do ente.

e. A dívida fluante, apesar de ser caracterizada por obrigações de longo prazo, pode ser refinanciada por meio da emissão de títulos de longo prazo, o que a transforma em dívida fundada, caso essa reestruturação ocorra dentro do exercício financeiro; por outro lado, a dívida fundada se refere a todas as obrigações de curto prazo, independentemente de seu objeto, e deve ser necessariamente registrada como passivo circulante para refletir sua natureza temporária.

18. O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, e representa o fluxo previsto de

ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. A respeito da receita orçamentária, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações:

() A Lei de Orçamentos não compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

() São classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

() Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas; as despesas nele legalmente empenhadas.

() Receita Orçamentária Efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes.

() Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

() Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução está sujeita a autorização legislativa, portanto, integra a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extra orçamentários, em geral, têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a. V-V-V-F-V-V

b. F-V-V-V-V-F

c. F-V-V-F-V-F

d. V-F-V-V-F-V

e. F-F-V-V-F-F

19. Considerando os métodos e técnicas utilizados na análise das demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta, com base na interpretação dos principais indicadores financeiros, como liquidez, rentabilidade e solvência.

a. A análise das demonstrações contábeis visa, exclusivamente, avaliar a rentabilidade das empresas, sem considerar aspectos de liquidez ou solvência.



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

FUMPISUL

b. A análise vertical de uma demonstração contábil permite verificar a relação entre as contas e o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

c. A análise horizontal consiste em avaliar a estrutura patrimonial de uma entidade em um único exercício, sem considerar dados históricos ou comparativos.

d. O índice de liquidez corrente é utilizado para medir a rentabilidade de uma empresa em relação ao seu patrimônio líquido.

e. A análise das demonstrações contábeis é irrelevante para a tomada de decisões financeiras, uma vez que a contabilidade é voltada apenas para o cumprimento das obrigações fiscais.

20. Sobre da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) e seus princípios, no que diz respeito às normas sobre o controle das finanças públicas:

I. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite a realização de operações de crédito para o financiamento de despesas correntes, desde que as condições financeiras do ente federativo sejam favoráveis.

II. Os entes federativos devem cumprir as metas fiscais de receitas e despesas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, e a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que qualquer desvio seja justificado por razões excepcionais.

III. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a contratação de pessoal, bem como a realização de novas despesas com pessoal, deve observar os limites estabelecidos para a despesa total com pessoal no âmbito dos entes federativos.

IV. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que os entes federativos mantenham a dívida pública dentro dos limites fixados pela legislação, não permitindo o aumento da dívida sem a devida justificativa e autorização legislativa.

Assinale a alternativa correta:

a. Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

b. Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

c. Apenas a afirmativa I está correta.

d. Apenas a afirmativa II, III e IV estão corretas.

e. Todas as afirmativas estão corretas.

21. Com base nas disposições e as normas que regem o planejamento e a execução orçamentária no Brasil, assinale a alternativa errada no que diz respeito ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA):

a. O Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, sendo seu prazo iniciado no primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo.

b. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e contém as metas e prioridades para o exercício seguinte, incluindo as políticas públicas a serem implementadas, bem como as prioridades para a alocação de recursos.

c. A LOA deve detalhar as receitas e despesas do governo para o ano, mas, em algumas situações, pode prever despesas plurianuais, como obras e programas que se estendem por mais de um exercício financeiro. Ou seja, a LOA pode sim incluir despesas de caráter plurianual, como as referentes a investimentos ou despesas de capital com execução em vários exercícios. O que não é permitido é prever despesas correntes que ultrapassem o exercício, mas, para despesas de capital, há exceções que permitem a previsão.

d. O Plano Plurianual (PPA) pode ser alterado durante sua vigência, mas qualquer modificação deve ser realizada por meio de lei específica, respeitando os mesmos trâmites do processo legislativo de sua aprovação.

e. A LDO estabelece as metas fiscais e as prioridades de investimento para o ano seguinte, mas não tem relação direta com as diretrizes para a execução do orçamento e a gestão dos recursos públicos durante o exercício.

22. Com relação aos relatórios de gestão fiscal (RREO) e ao relatório de gestão fiscal (RGF), previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000), assinale a alternativa errada:

a. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é elaborado a cada quadrimestre e contém informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira do ente federativo, incluindo a avaliação do



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

FUMPISUL

cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

b. O RREO não é apresentado anualmente, mas sim a cada quadrimestre. O RREO deve ser elaborado de forma periódica, permitindo o acompanhamento contínuo da execução orçamentária e financeira.

c. O RGF deve ser publicado até 30 dias após o término de cada quadrimestre, contendo informações sobre o cumprimento dos limites de despesas com pessoal, o resultado primário e nominal, além das receitas e despesas correntes.

d. Ambos os relatórios, o RREO e o RGF, são de transparência fiscal e devem ser divulgados amplamente. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que esses relatórios sejam disponibilizados em sites oficiais dos entes federativos, garantindo acesso público às informações fiscais. Isso reforça o princípio da transparência na gestão pública, permitindo que os cidadãos acompanhem a execução orçamentária e as metas fiscais. Portanto, essa afirmação está correta.

e. O RREO apresenta uma visão sintética da execução orçamentária e financeira, mas deve ser elaborado somente quando o valor total das receitas arrecadadas alcançar 75% da previsão inicial da receita total do exercício.

23. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações:

() A NBC TSP 01 trata da aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e estabelece que a contabilidade pública deve seguir os princípios da contabilidade geral, com adaptações específicas ao setor público, considerando a natureza das receitas, despesas e os conceitos de orçamento público.

() A NBC TSP 02 estabelece a obrigatoriedade de os órgãos e entidades da Administração Pública elaborarem e publicarem as Demonstrações Contábeis em conformidade com os princípios contábeis gerais, além de outras informações específicas do setor público,

como a avaliação de ativos e passivos não financeiros.

() A NBC TSP 04 exige que as demonstrações contábeis sejam elaboradas de acordo com a natureza jurídica dos entes públicos, permitindo uma flexibilidade no que tange ao reconhecimento das receitas e despesas.

() A NBC TSP 10 determina que a gestão fiscal no setor público deve ser analisada por meio da elaboração das Demonstrações Contábeis, com foco na transparência e na fiscalização das contas públicas, garantindo a clareza e a confiabilidade das informações financeiras.

() A NBC TSP 16 estabelece as orientações para a contabilização das operações de crédito no setor público, determinando que todas as transações de crédito, incluindo as de curto e longo prazo, sejam corretamente registradas no patrimônio público.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a. V-V-F-V-V
- b. F-V-F-V-F
- c. F-F-V-V-V
- d. V-F-F-V-F
- e. V-V-F-F-V

24. Com base nas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assinale a alternativa correta acerca de sua aplicação no setor público.

a. A Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) é voltada apenas para a regulamentação de aspectos fiscais e orçamentários, não abordando as questões patrimoniais da contabilidade pública.

b. A IPC tem como objetivo fornecer orientações para a execução dos procedimentos contábeis no setor público, com o intuito de garantir a padronização e a transparência das informações fiscais e financeiras.

c. A Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) é de caráter opcional para os órgãos públicos, sendo aplicada apenas quando a administração pública decide adotar práticas contábeis específicas.



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

FUMPISUL

d. A IPC não abrange a aplicação dos princípios contábeis, limitando-se apenas ao processo de registro de receitas e despesas, sem contemplar o controle patrimonial.

e. A Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) é uma diretriz exclusiva para as esferas federais, não sendo aplicável aos estados e municípios.

25. Com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assinale a alternativa correta sobre a sua função aos entes públicos.

a. O PCASP é um plano de contas único, obrigatório apenas para os órgãos da administração federal, sendo opcional para os estados e municípios.

b. O PCASP tem como objetivo estabelecer a uniformidade na classificação e no registro contábil dos atos e fatos administrativos no setor público, garantindo a comparabilidade das informações contábeis.

c. O PCASP se aplica exclusivamente ao setor público municipal, não abrangendo as administrações federal e estadual.

d. O PCASP não exige a diferenciação entre as contas de receitas e despesas correntes e as de capital, uma vez que todas as contas são tratadas da mesma forma no setor público.

e. O PCASP foi instituído para padronizar os registros contábeis exclusivamente nas entidades da administração direta, não abrangendo as entidades da administração indireta.

26. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assinale a alternativa correta.

a. O MCASP é um documento técnico que visa regulamentar as práticas contábeis no setor privado, sendo irrelevante para os órgãos e entidades da administração pública.

b. O MCASP limita-se à classificação das receitas e despesas públicas, não abordando questões relacionadas ao controle patrimonial, à transparência fiscal e à prestação de contas dos entes públicos.

c. O MCASP foi criado para padronizar os procedimentos contábeis no setor público e deve ser seguido apenas nas fases de planejamento orçamentário, não se

aplicando à execução e ao controle orçamentário.

d. O MCASP é uma ferramenta obrigatória exclusivamente para a gestão federal, não sendo necessário que os estados e municípios sigam as suas diretrizes.

e. O MCASP estabelece normas e diretrizes para a contabilidade pública, sendo de caráter obrigatório para todos os entes da federação, incluindo a administração direta e indireta, para garantir a uniformidade das informações contábeis no setor público.

27. Sobre os princípios orçamentários, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. O princípio da anualidade prevê que a execução do orçamento deve ocorrer dentro do período de um exercício financeiro, mas admite exceções, como créditos adicionais que podem ultrapassar esse prazo.

II. O princípio da exclusividade determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) só pode conter normas relacionadas a receitas e despesas, sem exceção. E não impede que a LOA contenha disposições que tratem de matérias não orçamentárias, garantindo, assim, a clareza e a eficácia do planejamento financeiro anual.

III. O princípio da não afetação da receita prevê que todos os tributos arrecadados devem ser vinculados a despesas específicas, garantindo a previsibilidade orçamentária.

IV. O princípio da unidade determina que o orçamento deve ser único, evitando orçamentos paralelos para diferentes órgãos ou poderes.

a. Apenas a assertiva I está correta.

b. Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

c. Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d. Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

e. Todas as assertivas estão corretas.

28. No que diz respeito às classificações orçamentárias, um órgão público recebeu uma dotação específica para a construção de um hospital e, devido a atrasos no projeto, decidiu utilizar parte dos recursos



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

FUMPISUL

para reformar escolas municipais. Esse procedimento:

- a. É permitido, desde que haja autorização legislativa prévia na Lei Orçamentária Anual.
- b. É permitido, pois a execução orçamentária pode ser ajustada conforme a conveniência do gestor público.
- c. É vedado, pois viola o princípio da especificidade e pode configurar desvio de finalidade.
- d. Só é possível caso seja editado um decreto executivo, pois o chefe do Poder Executivo pode realocar recursos conforme necessidade.
- e. Está correto, pois a verba já foi autorizada no orçamento e o gestor tem autonomia para sua aplicação dentro do mesmo setor de governo.

29. O princípio do orçamento bruto determina que todas as receitas e despesas devem constar no orçamento em seus valores totais, sem deduções. Sobre a aplicação desse princípio, assinale a alternativa correta:

- a. O princípio do orçamento bruto não impede que o governo faça repasses a fundos públicos sem que esses valores transitem integralmente pelo orçamento.
- b. As receitas de operações de crédito podem ser registradas no orçamento apenas pelo valor líquido, já que há incidência de encargos financeiros.
- c. O princípio do orçamento bruto garante que não haja deduções diretas sobre receitas orçamentárias, mas não se aplica às despesas financeiras.
- d. Determinadas receitas, como as provenientes de convênios, podem ser lançadas no orçamento pelo valor líquido, considerando os descontos administrativos.
- e. Mesmo as receitas vinculadas a determinadas despesas devem ser registradas pelo valor integral, respeitando o princípio do orçamento bruto.

30. Sobre os restos a pagar no setor público, assinale a alternativa correta:

- a. Os restos a pagar não processados podem ser cancelados no exercício seguinte sem a necessidade de autorização da autoridade competente, desde que o credor manifeste que a obrigação não será mais cumprida.

- b. O cancelamento de restos a pagar processados pode ocorrer a qualquer momento, independentemente de sua execução ou pagamento, desde que o erro material seja identificado.

- c. A inscrição de restos a pagar processados e não processados não precisa ser registrada na contabilidade pública, desde que a despesa seja paga no exercício seguinte.

- d. Os restos a pagar processados devem ser inscritos no exercício em que a despesa foi empenhada, mesmo que o pagamento ocorra no exercício seguinte.

- e. O cancelamento de restos a pagar processados ou não processados deve ser registrado no exercício em que a despesa foi originalmente empenhada, independentemente do fato gerador ou da origem da despesa.